

PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR ACERCA DA INCLUSÃO: O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS EM LOCO

PERCEPTIONS OF THE SCHOOL COMMUNITY ABOUT INCLUSION: THE FEDERAL INSTITUTE OF ALAGOAS IN LOCO

Mayane Duarte Ferreira
Maria Fernanda Alves dos Santos
Márcia Rafaella Graciliano do Santos Viana
Flávio Anderson Pedrosa de Melo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL
Universidade Federal de São Carlos

Resumo

A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular é uma temática bastante discutida atualmente, amparada pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Entretanto, para ser efetivada torna-se importante compreender as demandas existentes na comunidade escolar para constituir um ambiente inclusivo. O estudo em questão teve como objetivo conhecer as percepções da comunidade escolar do Instituto Federal de Alagoas-IFAL a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva, de diferentes grupos dessa comunidade. Trata-se de um estudo de enfoque qualitativo. Participaram do estudo os integrantes da comunidade escolar, dentre eles: servidores (docentes) e discentes. Para a coleta dos dados, foi utilizado o Questionário de Percepção sobre Educação Inclusiva (QPEI); o Check-List de Acessibilidade Arquitetônica; e o Formulário para Avaliação das Condições de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior – IES. Para a análise dos dados foi utilizada uma análise de conteúdo, a qual possibilitou a identificação dos núcleos de sentidos das temáticas surgidas e construção de categorias de análise, a saber: 1) o ponto de vista dos servidores docentes acerca da inclusão na escola; 2) o ponto de vista dos alunos acerca da inclusão na escola; e 3) Condições de acessibilidade na escola. Pode-se concluir que a comunidade escolar tem a compreensão que a escola necessita estar preparada (aspectos arquitetônicos e atitudinais) para receber as pessoas público-alvo da Educação Especial, bem como fica clara a necessidade de fomentar discussões, ações, cursos, oficinas, palestras e eventos acerca dos paradigmas da inclusão escolar e social.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Inclusiva. Educação Especial. NAPNE.

Abstract

The inclusion of people with disabilities in regular school is a topic that is much discussed today and supported by the National Policy on Special Education in the perspective of Inclusive Education. However, to be effective, they become important to know the problems in the school community in order to constitute an inclusive environment. This study aims to know the perceptions of the school community of the Federal Institute of Alagoas about the concepts and impressions about inclusion and inclusive school of different groups of the community. This is a qualitative approach. The participants were teachers and students. For data collection was used the Inclusive Education Perception Questionnaire; Architectural accessibility checklist; and the Form of Assessment of Conditions of Accessibility of Higher Education Institutions. For data analysis was used a content analysis. Was possible the construction of categories of analysis: 1) the educators perception about the inclusion in the school; 2) the students perception about the inclusion in school; and 3) accessibility conditions at school. It can be concluded that the school community understand that a school needs to be prepared (architectural and attitudinal) to receive the special education public. As well as to be necessary the development of discussions, actions, courses, workshops, conferences and events about the school and social inclusion paradigms.

Keywords: Inclusion. Inclusive Education. Special Education. NAPNE.

1 Introdução

A inclusão da pessoa com deficiência é um tema de grande relevância já que promove, segundo Ferreira (2007), a participação das minorias sociais em ambientes antes reservados apenas àqueles que se enquadravam nos ideários preestabelecidos e perversos de força, beleza, riqueza, juventude, produtividade e perfeição. Assim sendo, o tema “[...] vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões que explicitam a necessidade de a escola atender às diferenças intrínsecas à condição humana” (SILVEIRA; NEVES, 2006, p.79).

Todas as vezes que são feitas referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões. Esses sentimentos antagônicos, segundo Souza (2005) são perfeitamente compreensíveis tanto por estarmos inseridos em uma sociedade que mantém cristalizadas concepções tradicionais e preconceituosas, quanto pela “novidade desafiadora” proposta pela Educação Inclusiva. Nesse sentido,

[...] a mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana do ensino (SILVA; ARANHA, 2005, p. 374).

Diante disso, tem-se discutido, no campo da Educação Especial, varias formas de possibilitar reformulações no ambiente educacional, considerando os variados aspectos que são intrínsecos ao ambiente escolar, desde as questões estruturais e pedagógicas, às questões ligadas à importância da participação de toda a comunidade escolar no processo de inclusão.

[...] tem centrado a inovação educacional na reforma de métodos, técnicas e programas, deixando intocadas as práticas, a estrutura da instituição, as relações escolares, as posturas profissionais, os tempos e espaços onde se processa a educação do aluno e, ainda, os rituais que dão concretude aos conteúdos intelectuais e formativos da escola (FERREIRA, 2007, p.545).

Ainda que inicialmente as pessoas mudem seu discurso na direção do politicamente esperado e considerado correto, Silva e Aranha (2005) observam que, não raro, as mesmas continuam mantendo um padrão de comportamento tradicional e conservador, que destoa da proposta inovadora da educação inclusiva.

A sociedade brasileira, ainda se encontra presa a concepções tradicionais e preconceituosas que sobreviveram e se fortaleceram com o passar dos anos (SOUZA, 2005). Por ser a Educação Inclusiva uma proposta recente, um processo em construção exige planejamento e execução além de avaliações constantes. Sabe-se que a implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples e que para se oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive aos que têm

alguma deficiência ou problema de aprendizagem, “[...] a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade” (GLAT; BLANCO, 2007, p.30).

Inúmeras críticas são feitas à proposta de Educação Inclusiva no Brasil. São comuns os questionamentos referentes à escola regular, sua infraestrutura física e o despreparo de recursos humanos (TESSARO et al., 2005). A política educacional, não respondendo às demandas históricas (condições de trabalho dos professores, questão salarial, carga horária de trabalho, reconhecimento social desse profissional, além do número excessivo de alunos por sala de aula, da desmotivação docente e do pouco apoio dos gestores educacionais), faz crer “[...] que basta a ‘boa vontade’ dos professores para que os problemas educacionais se resolvam” (MICHELS, 2006, p.414).

O grande desafio proposto pela inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares em nosso país, segundo Beyer (2005), dependerá de um esforço coletivo que envolva os próprios alunos, os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários e os gestores do projeto político-pedagógico. As mudanças operacionais necessárias para que as escolas se tornem inclusivas de fato só acontecerão:

[...] quando as instituições reconhecerem suas responsabilidades com cada aluno, abolindo as discriminações e as preferências, oferecendo ao professor melhores condições de atuarem na inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Isto envolve capacitação, conscientização da comunidade escolar sobre deficiências e deficientes, material pedagógico, adaptação curricular, apoio técnico, entre outros (SOUZA, 2005, p.98).

Observa-se, a partir dessas ponderações, que é longa a distância que separa a educação praticada hoje daquela proposta pelos defensores da inclusão. Silva e Aranha (2005) entendem que, embora seja evidente o aumento no número de matrículas de alunos com deficiência em classes regulares do ensino comum, a mera inserção desses alunos não configura, por si só, uma prática inclusiva de ensino. Na mesma linha, Tessaro et al.(2005) aponta que ainda hoje, erroneamente, muitos entendem a inclusão como a simples prática de colocar pessoas com deficiência estudando com outras que não possuem qualquer deficiência.

Entretanto, embora não se possa ainda afirmar que todas as iniciativas de inclusão no país sejam exatamente processos de inclusão vitoriosos, também não se pode negar que, “[...] a educação inclusiva é algo que vem se efetivando, mesmo que a duras penas, buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito” (TESSARO et al., 2005, p.107).

Considerando que é de extrema importância que a comunidade escolar conheça sua realidade, o presente estudo tem como objetivo conhecer as percepções da comunidade escolar do Instituto Federal de Alagoas de um campus localizado

no agreste Alagoano, a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva, de diferentes grupos dessa comunidade – alunos, professores e funcionários. Mais especificamente, investigar o conhecimento que a comunidade escolar tem sobre conceito de inclusão; Verificar se os professores foram capacitados para trabalhar com pessoas com deficiência; Averiguar se os alunos receberam alguma orientação para saber acolher e conviver com pessoas com deficiência; Fazer um levantamento das condições de acessibilidade que a escola oferece.

2 Método

2.1 Caracterização da pesquisa

Trata-se de um estudo de enfoque qualitativo. A pesquisa de enfoque qualitativo é caracterizada por explorar fenômenos em profundidade, buscando seus significados nos dados obtidos, o quais são obtidos no campo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A imersão inicial no campo significa se sensibilizar com o ambiente onde o estudo será realizado, identificar informantes que contribuam com dados e nos guiem pelo lugar, penetrar e se concentrar na situação de pesquisa, além de verificar a factibilidade do estudo.

No caso do processo qualitativo, a amostra, a coleta e a análise são fases realizadas praticamente de maneira simultânea (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

2.2 Local e participantes

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, em um campus situado em uma cidade do agreste alagoano. Essa pesquisa contou com a participação de 60 discentes e 15 servidores docentes. Os quais, após o esclarecimento dos objetivos do estudo se dispuserem a fazer parte do mesmo.

2.3 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumentos de coleta de dados, foi elaborado pelos autores o Questionário de Percepção sobre Educação Inclusiva – QPEI (versões voltadas aos discentes e docentes), os quais tem como finalidade o levantamento das concepções, conhecimentos e opiniões da comunidade escolar acerca da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas na escola em questão. Foi construído o *CheckList* de Levantamento do Espaço Físico e Análise de Acessibilidade, embasado no Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível (2009); além disso, foi selecionado o Formulário para Avaliação das Condições de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior – IES (MANZINI et al., 2008).

2.4 Procedimentos de coleta de dados

Primeiramente o projeto foi apresentado à direção do campus, bem como à coordenação de pesquisa do campus, com vistas a conseguir autorização para realização do mesmo. Em seguida, foi realizado o levantamento dos possíveis participantes no estudo. Posteriormente, deu-se início à construção dos instrumentos de coleta de dados, onde foi possível elaborá-los, selecionar outros instrumentos já existentes e solicitar avaliação por especialistas da área. Para a realização da coleta dos dados, inicialmente foi realizada a impressão do QPEI nas variadas versões. Todavia, o número de devoluções foi pequeno. Diante disso, utilizou-se a ferramenta de construção de formulários, chamada Google Forms, para construção dos mesmos questionários na versão online.

2.5 Procedimentos Éticos

Foram respeitados os preceitos éticos de acordo com as prerrogativas da resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Cabe informar que a pesquisa em questão foi aprovada pelo Comitê Institucional de Iniciação Científica designado pela Pró-reitora de Pesquisa e Inovação – PRPI, Edital N°3/2016. Portanto, todos os participantes da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e Termos de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE, informando-os das questões éticas pertinentes e dos objetivos da pesquisa.

2.6 Procedimentos de análise dos dados

Para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 135), esse tipo de análise “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentidos que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Para sua aplicação, foi realizada a leitura dos materiais recolhidos, a fim de identificar as temáticas essenciais e relacionadas ao estudo. Além disso, foi realizada uma exploração dos conteúdos obtidos, levando em consideração critérios temáticos, que favoreceram a elaboração das categorias temáticas a *posteriori*.

3 Resultados e discussão

A análise dos dados coletados foi realizada de duas maneiras, primeiramente por meio da avaliação do espaço físico existente no campus do IFAL, o qual foi avaliado através do *Checklist* de Levantamento do Espaço Físico e Análise de Acessibilidade, que segue as Normas Técnicas 9050; e em seguida, através do Questionário de Percepção

sobre Educação Inclusiva, por meio da avaliação das respostas coletadas dos discentes e servidores (docentes e técnicos). Diante disso, os resultados serão apresentados por meio de três categorias temáticas, estabelecidas a partir da análise dos dados coletados, a saber: 1) ponto de vista dos professores acerca da inclusão na instituição; 2) ponto de vista dos alunos acerca da Inclusão na instituição; e 3) Condições de acessibilidade na escola, respectivamente.

3.1 Ponto de vista dos professores acerca da inclusão na instituição

A respeito da opinião dos docentes sobre a educação inclusiva, 56% relataram que a Educação Inclusiva é aquela que respeita as diversidades dos alunos, promove o ensino com as mesmas oportunidades para o aprendizado e dar assistência de acordo com a necessidade de cada um, 19% relataram que a educação inclusiva é colocar os alunos com deficiência nas escolas regulares, 13% relataram que a educação inclusiva é uma educação para todos e 12% não sabiam.

Ponto de vista dos docentes		Porcentagem (%)
O que é Educação Inclusiva?	É a educação que respeita as diversidades e promove o ensino com as mesmas oportunidades.	56%
	É os Alunos com deficiência frequentando escolas regulares	19%
	É uma educação para todo.	13%
	Não sabem.	12%
Educação Inclusiva no IFAL	A instituição ainda não promove uma educação inclusiva	47%
	A instituição apresenta a educação inclusiva.	20%
	A instituição apresenta parcialmente a educação inclusiva.	20%
	Não sabem.	13%
O que é deficiência?	É algo que limita ou dificulta as pessoas realizem algumas atividades.	62%
	É algo que requer atenção especial.	23%
	Não sabem.	15%
Importância de PCD no IFAL	É importante.	83%
	Não é importante.	17%
Recebeu informações sobre PCD e Inclusão na escola	Não.	80%
	Sim.	20%
Conhece pessoas com deficiências na escola	Não.	69%
	Sim.	31%

Acesso e permanência de pessoas com deficiência no IFAL	Existem dificuldades no Acesso e permanência.	87%
	Não existem dificuldades no Acesso e permanência.	13%
Ações/mudanças necessárias na escola	Capacitação dos alunos, professores e servidores integrantes da instituição.	57%
	Realização de mudanças no espaço físico.	40%
	Inserção de pessoas com deficiência no convívio escolar.	7%

Quadro 1 – Caracterização das respostas do QPEI (docentes)

Fonte: elaboração própria.

Em relação à existência de uma educação inclusiva no IFAL, 47% dos docentes afirmaram que a instituição ainda não promove uma educação inclusiva. Foram apresentados variados motivos evidenciando a inexistência da educação inclusiva, dentre estes pode-se citar: falta da adaptação do prédio e a falta da preparação dos servidores docentes. Além disso, 20% dos participantes alegaram que o campus possui parcialmente a educação inclusiva, e outros 20% afirmaram que existe sim, a presença da educação inclusiva, entre os motivos citados em relação a esta afirmação: a presença da assistência social e o espaço físico que supre suas necessidades. Por fim, 13% falaram que não sabem.

Sobre a concepção do que é deficiência, 62% dos docentes explicaram que é algo que limita ou dificulta as pessoas realizem algumas atividades, 23% falaram que é algo que requer atenção especial e 15% não sabem. Foram citados como deficiência: física (7), mental (7), visual (5), auditiva (3) e autismo (3). Apesar de não serem deficiências, também foram citadas timidez (2) e ansiedade (1).

A respeito da importância da instituição receber pessoas com deficiência, observou-se que 83% dos docentes acreditam na importância de receber pessoas com deficiência na instituição; os outros 17% relataram que não era importante enquanto campus não apresentar o suporte adequado.

Além disso, 60% destes justificaram que é direito de todos terem acesso à educação e 40% justificaram que é importante para a sociedade e para o instituto federal de Alagoas receber pessoas com deficiência.

No que diz respeito à preparação dos docentes nas suas universidades, 83% relataram que não tiveram nenhum curso ou nenhuma matéria em sua formação para lidar com pessoas com deficiência e apenas 17% relataram que tiveram a disciplina de libras enquanto universitários. Quanto a sentir-se capacitado para desenvolver uma educação inclusiva para pessoas com deficiência em sua disciplina, 92% relataram que não são capazes, justificando a falta de conhecimento sobre o assunto e apenas 8% responderam que sim, pois já tiveram alguma experiência.

A respeito da instituição ter promovido alguma instrução para os docentes, 80% relataram que não receberam nenhuma formação e apenas 20% dos docentes relataram que receberam formação. A respeito dos quais não receberam uma instrução, suas opiniões sobre a importância dessa capacitação foram: 83% acreditam que é importante esse tipo de formação e 17% abordaram que não é de grande relevância receber essa formação.

A respeito do conhecimento de pessoas com deficiência, 69% dos docentes relataram que não conhece ninguém com deficiência no campus e 31% relataram que conhecem pessoas com algum tipo de deficiência na escola.

Sobre a dificuldade no acesso e permanência de pessoas com deficiência na escola, 87% alegaram que existem dificuldades no acesso e permanência de pessoas com deficiência, e 13% relataram que não tem dificuldades. Foram citados exemplos como: falta de rampas, banheiros inapropriados, falta de elevador, falta de piso tátil e falta de preparação dos professores.

Ao se tratar das necessárias mudanças na realidade que se apresenta na escola, para que as pessoas com deficiências possam ser incluídas verdadeiramente, 53% relataram que seria a capacitação de todos (alunos, professores e servidores) que fazem parte do IFAL, 40% afirmaram que tem que se fazer mudanças no espaço físico e 7% afirmaram que é necessário inserir pessoas com deficiência no convívio escolar.

Por fim, a respeito da necessidade da instituição auxiliar no processo de inclusão de pessoas com deficiência, todos docentes responderam que existia essa necessidade e citaram exemplos como a realização de projetos de extensão e pesquisas, promover treinamento de todos e também a adaptação do espaço físico existente.

3.2 Ponto de vista dos alunos acerca da inclusão na instituição

Nesse momento serão apresentados os resultados obtidos por meio das opiniões dos discentes participantes acerca da temática estudada. Os resultados dos questionários respondidos pelo corpo discente, apresentou quatro maneiras de compreensão sobre o que é educação inclusiva. De maneira que 58% dos alunos acreditam que a educação inclusiva é educar a todos sem diferença, ou seja, é uma educação na qual todos participam podendo realizar as mesmas atividades no contexto escolar. 19% responderam que a comunidade escolar é a principal responsável para a educação inclusiva através da metodologia de ações e interação dos participantes conseguindo proporcionar a inclusão. 16% defendem a ideia de que a inclusão só acontece quando tem recursos e adaptações do ambiente espacial. Apenas 7% dos discentes acreditam que a inclusão é não ter preconceito das outras pessoas. No *Quadro 2* encontra-se a descrição das questões abordadas pelos participantes.

Ponto de vista dos discentes		Porcentagem (%)
O que é Educação Inclusiva?	Educar a todos sem diferença	58%
	Comunidade escolar como responsável para a educação inclusiva	19%
	Inclusão só acontece quando tem recursos e adaptações do ambiente espacial	16%
	É não ter preconceito das outras pessoas	7%
Educação Inclusiva no IFAL	A escola apresenta uma educação inclusiva	50%
	A escola apresenta parcialmente uma Educação Inclusiva	29%
	Não apresenta uma Educação Inclusiva	16%
	Não sabem se apresenta	5%
O que é deficiência?	Alguma limitação ou algo que impeça de realizar coisas simples	65%
	As diferenças de uma pessoa para outra	17%
	É falta ou ausência de algum membro	18%
Importância de PCD no IFAL	É importante a inclusão de PCD	100%
Recebeu informações sobre PCD e Inclusão na escola	Não receberam informações	93%
	Receberam informações	7%
Conhece pessoas com deficiências na escola	Não conhecem	95%
	Conhecem	5%
Acesso e permanência de pessoas com deficiência no IFAL	Não existem dificuldades no acesso e permanência	56%
	Existem dificuldades no acesso e permanência	36%
	Não sabem	8%
Ações/mudanças necessárias na escola	Capacitação da comunidade escolar (servidores e alunos)	46%
	Adequação nos espaços físicos (rampas para salas de aula, banheiros, piso tátil e sinalização braile)	44%
	Aquisição de equipamentos (Livros em braile, computadores adequados).	10%

Quadro 2 – Caracterização das respostas do QPEI (discentes)

Fonte: elaboração própria.

Referente à opinião sobre a educação inclusiva no IFAL, 5% dos discentes não sabem se existe educação inclusiva, 16% falaram que não apresenta, 29% falaram que apresenta parcialmente e 50% falaram que existe inclusão na escola. Desses, surgiram duas opiniões diferentes, onde 25% falaram que existe inclusão, pois o campus apresenta um espaço adaptado, o que gera uma contradição com os resultados obtidos por meio da análise de acessibilidade obtidos com o check-list, e 75% apresentam uma ideia que o campus apresenta inclusão, por meio de ações realizadas.

No entendimento sobre o que é deficiência, 65% dos discentes relataram que deficiência é alguma limitação ou algo que impeça de realizar coisas simples, 17% falaram que são as diferenças de uma pessoa para outra, que seria algo diferente do “padrão” que acostumamos a ver e 18% falaram que é falta ou ausência de algum membro. As deficiências apresentadas foram citadas de várias maneiras, entre elas: física (10), mentais ou psicológicas (13), visão (8), audição (8), Tetraplegia (2), paraplegia (2), cadeirantes (3) e amputados (2).

Em relação à importância da inclusão de pessoas com deficiência, todos os discentes explanaram que era importante. 56% justificaram a importância da educação como direito de todas as pessoas, 39% falaram que todos nós somos iguais e 5% relataram que é importante para a escola promover inclusão.

A respeito de ter recebido informações sobre inclusão e de como lidar com pessoas com deficiência, 93% dos alunos falaram que não tiveram nenhuma informação sobre a temática, e somente 7% falaram que tiveram algum tipo de instrução, os quais ressaltaram que a instrução que tiveram foi por meio de pesquisas realizadas.

Referente ao sentir apto a vivência com pessoas com deficiência: 44% dos alunos não se consideram aptos a vivência com pessoas com deficiências, 35% dos discentes responderam que se sentiam aptos, 12% demonstraram que são parcialmente aptos e 9% não souberam responder. Com relação aos discentes que relataram que não se sentem aptos, 40% justificaram que não eram aptos pois nunca vivenciaram essa experiência e talvez não soubesse como agir, 47% expressaram que não tinham capacitação necessária e 13% apresentaram em sua resposta que, dependendo da deficiência, eles não saberiam se comunicar. No que diz respeito aos discentes que responderam que se sentem aptos, 50% destes alunos falaram que tinham experiências diariamente ou tiveram o convívio com pessoas com deficiência, 33% alegaram que apesar das diferenças, o respeito é fundamental e 17% se consideram aptos, devido sua disponibilidade para a comunicação.

Ao se tratar do conhecimento de pessoas com algum tipo de deficiência no campus, 95% falaram que desconhecem a existência de pessoas com deficiência na escola e 5% relataram que tem conhecimento sobre a existência de pessoas com algum tipo de deficiência.

A respeito da opinião dos alunos sobre a possível existência de dificuldades no acesso e permanência de pessoas com deficiência no IFAL: 56% relataram que não existe nenhuma dificuldade no acesso e permanência e 36% falaram que existem dificuldades (dos quais, 71% relataram que era no espaço físico, e 29% que não existe pessoas capacitadas para dar o auxílio necessário), e 8% não sabem.

Por fim, a respeito das mudanças necessárias e urgentes na realidade que se apresenta na escola estudada, afim de atender as necessidades das pessoas com deficiências no processo de inclusão: 46% revelaram que é importante capacitar toda comunidade escolar, desde os alunos até os servidores (docentes, técnicos administrativos, terceirizados e etc.), 44% explanaram sobre o espaço físico (onde citaram a distancias das rampas para as salas de aulas, o tamanho dos banheiros e a inexistência de pisos táteis e sinalização em Braille), e por fim, 10% relataram a necessidade de buscar equipamentos como, livros escritos em braille e computadores especiais para pessoas deficiências visuais.

3.3 Condições de acessibilidade da escola

A partir da análise da acessibilidade, foi possível obter os resultados a seguir. Tomando como início das análises gráficas a área externa que dá acesso ao Campus, tem-se que apenas 25% de acessibilidade, o que já expressa a dificuldade para alguém que possui algum tipo de deficiência física, mobilidade reduzida e/ou deficiência visual ou cegueira chegar até o ambiente escolar. Os resultados encontram-se descritos no Gráfico 1.

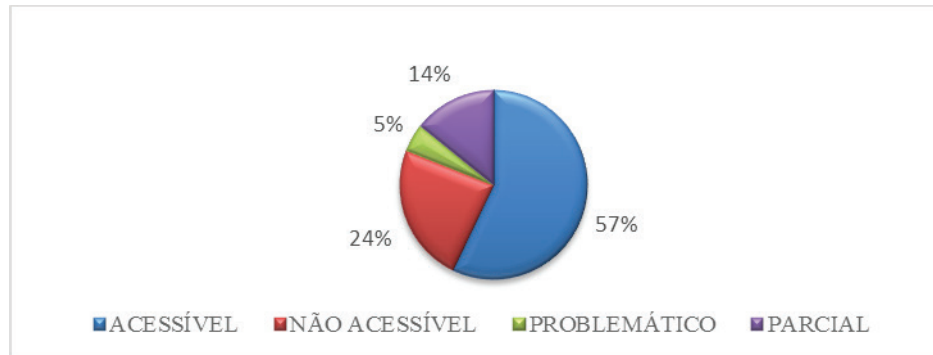


Gráfico 1 - Acessibilidade na área externa à escola

Fonte: elaboração própria.

Em relação à sua entrada, compreendida na pesquisa, da guarita até o portão do hall de entrada, possui em sumo 57% de acessibilidade, possuindo algumas parcialidades e problemáticas que foram encontradas durante a pesquisa. Tais como, o Item 14 (quatorze) do Check-list, existe parte do trajeto onde carros e pedestres o compartilham. Além disso, em relação ao Item 15 (quinze), referente às vagas no estacionamento para pessoa com deficiência, porém as mesmas são utilizadas para estacionamento de motocicletas e outros veículos. Diante disso, os itens supracitados encontram-se legendados como, parcial e/ou problemático, respectivamente. Vide no Gráfico 2 os demais resultados.

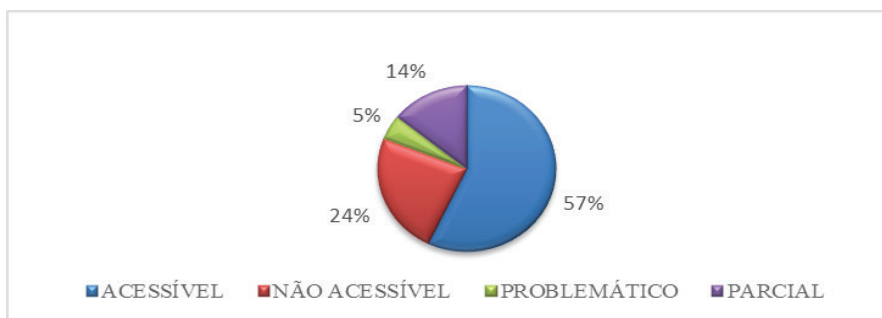


Gráfico 2 - Acessibilidade na entrada da escola

Fonte: elaboração própria.

Seus corredores também podem ser considerados acessíveis por possuírem 59% de acessibilidade e atenderem em boa escala a circulação nos mesmos. Além disso, no Item 22 (vinte e dois) do instrumento, o bebedouro localizado na cantina, não existe espaço suficiente para utilização do mesmo por um público com características diversas. Vide a seguir o Gráfico 3 referente aos corredores.

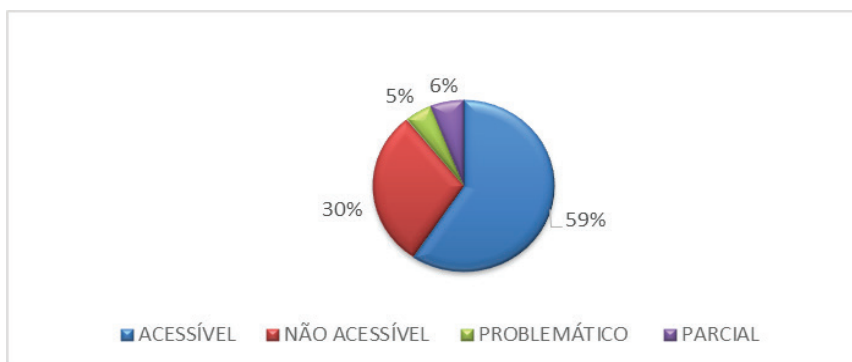


Gráfico 3 - Acessibilidade nos corredores

Fonte: elaboração própria.

No entanto a circulação vertical, compreendida pelas escadas e rampas deixaram a desejar e necessitam de adequações, uma vez que 50% dos tópicos analisados mostram que a mesma não se encontra adequada às normas e, portanto, não estão acessíveis aos variados públicos. Em relação aos itens parciais e/ou problemáticos: o Item 7 (sete), cores contrastantes nos degraus desgastada; Item 8 (oito), em alguns casos, os patamares das escadas se apresentam maiores que o lance de escadas. Item 30, em alguns casos, as escadas não apresentam corrimão. Em seguida, encontra-se a descrição no *Gráfico 4*.

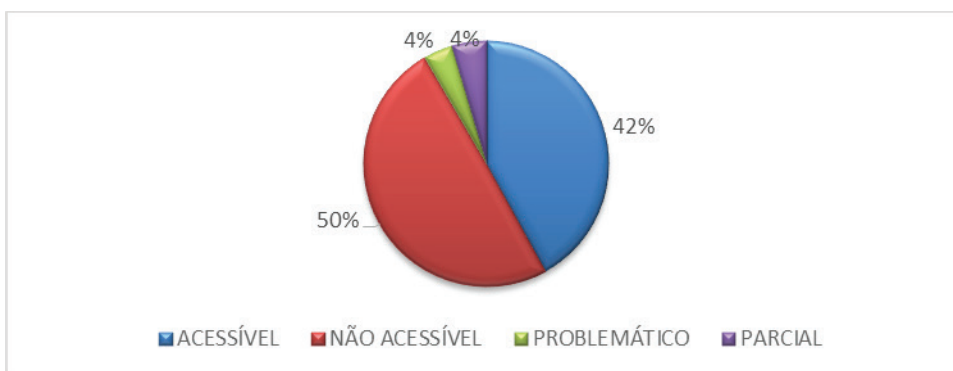


Gráfico 4 - Acessibilidade na circulação vertical (escadas e rampas)

Fonte: elaboração própria.

As salas de aula, que são o ambiente em que os alunos permanecem por mais tempo, foram satisfatórias levando em consideração os itens analisados, compreendendo destes 60% de acessibilidade.

Em relação aos laboratórios, foi possível identificar resultados razoavelmente positivos com suas parcialidades e problemáticas apresentadas. No laboratório de infraestrutura, 55% dos itens demonstravam-se adequados, e no laboratório de desenho, CAD e informática - 63% dos itens de acessibilidade foram atingidos. Vide os Gráficos 5 e 6:

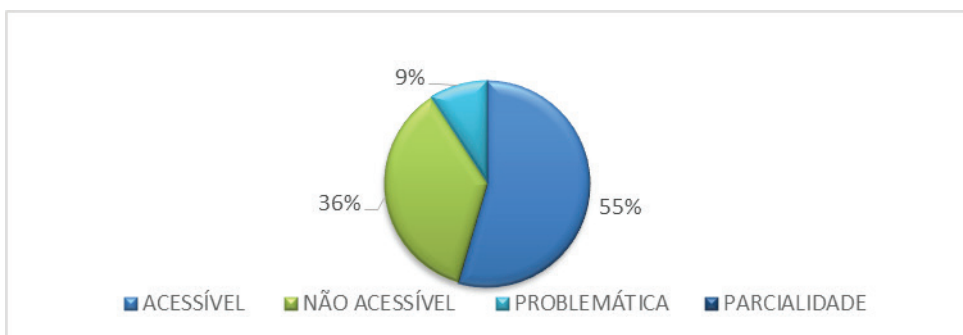


Gráfico 5 – Laboratório de Infraestrutura

Fonte: elaboração própria.

Pôde-se observar que, não havia todos os acessórios requisitados no check-list, e devido a isso, não se pôde avaliar todos os aspectos de acessibilidade, diante disso, tais aspectos foram considerados problemática.

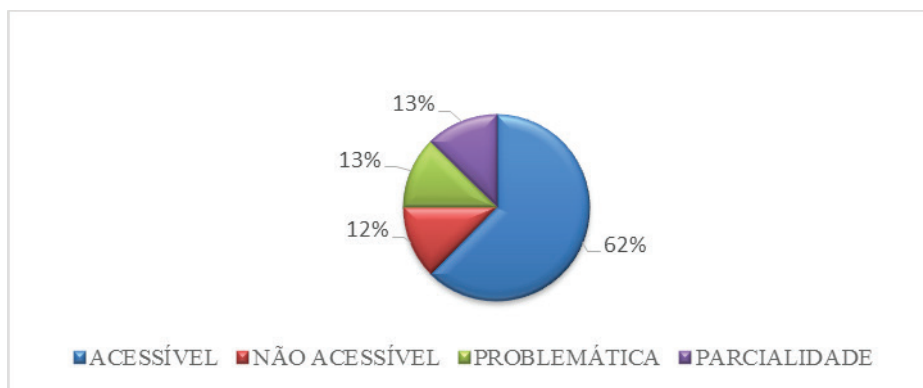


Gráfico 5 – Laboratório de Desenho, CAD e Informática

Fonte: elaboração própria.

O auditório apresentou 43% dos itens de acessibilidade, demonstrando a necessidade de adequações arquitetônicas. Dentre as problemáticas, não apresentava espaço reservado para pessoas usuárias de cadeira de rodas. Em relação ao refeitório, foi o ambiente em que mais foi encontrado dificuldades de acessibilidade aos frequentadores, uma vez que só apresentou 29% dos itens presentes no instrumento.

De maneira geral, a partir da aplicação do Check-list à realidade dessa instituição, foi possível identificar que o campus alcançou 47,4% dos itens acerca das normas de acessibilidade arquitetônica em instituições de ensino. E não apresentou 42,9% dos itens de acessibilidade destinados aos usuários do campus. Diante dos resultados apresentados, evidencia-se a necessidade de adequação dos itens ausentes na escola.

4 Discussão

A inclusão escolar é uma temática que vem sendo discutida com mais afinco desde a década de 90, ganhando forças por meio da construção de documentos e eventos importantes, tais como: a Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996); a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, por meio da Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007). Diante disso, variadas questões vieram a surgir, tais como: as grades curriculares dos cursos formam professores para atender a diversidade adequadamente? Os professores e a comunidade escolar encontram-se preparados para receber pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação na escola? Essas pessoas serão aceitas nas escolas? Quais documentos embasam e dão suporte a essas pessoas para que possam permanecer na escola?

Enfim, todos esses foram questionamentos emergidos do processo de discussões acerca da inclusão escolar. E, por sua vez, muitos destes ainda permanecem sendo discutidos, testados e ainda permanecem como problemáticas a serem solucionadas. Esses questionamentos advêm de discussões a nível mundial.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007).

Tendo em vista que são grandes as dificuldades enfrentadas pela sociedade e por todo sistema de ensino para promover inclusão nos variados contextos, e com maior necessidade no ambiente escolar, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2007).

Diante disso, passou-se a buscar referências para construção de sistemas educacionais inclusivos, repensar as possibilidades de se fazer um ambiente escolar construído para receber qualquer indivíduo, independente das suas características, necessitando de mudanças nos aspectos estruturais (arquitetônicos e organizacionais) e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2007).

Assim, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial lançou como política destinada à promoção da inclusão escolar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2007).

A partir do advento dessas políticas de inclusão, os estados e municípios passaram a buscar formas de implantar programas, projetos e modificar a estrutura de funcionamento para atendimento da população alvo da Educação Especial, nas variadas instâncias educacionais (ensino básico, profissional e/ou superior). Como exemplo disso, tem-se o Atendimento Educacional Especializados (AEE) e as Salas de Recurso Multifuncionais, implantadas em todo o Brasil nas escolas públicas municipais e estaduais.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 208, estabelece o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 95), visando à reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos, assegurando o direito de todos a educação, especialmente das pessoas que necessitam de uma atenção especial no ambiente escolar (MAHL, 2012).

Bem como, os Núcleos de Acessibilidade (NACs), implantados nas Universidades Públicas nacionalmente. Como forma de promover um Educação Especial que identifique as demandas, elabore, planeje e organize os recursos pedagógicos e de acessibilidade de maneira que elimine as barreiras para a plena participação dos alunos.

No caso específico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estes passam a regulamentar documentos direcionados à essa perspectiva educacional. A exemplo da Resolução nº 22/CS, de 08 de agosto de 2011, a qual institui o Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas para atender as demandas referentes às pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, e aos que apresentam superdotação / altas habilidades (ALAGOAS-PDI, 2014). E, em seguida por meio da Portaria nº 909/GR, de 22 de maio de 2012, que cria, em todos os câmpus, Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) (ALAGOAS-PDI, 2014).

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, criado a partir da Resolução Nº45/CS, de 22 de dezembro de 2014 no Instituto Federal de Alagoas – IFAL (ALAGOAS, 2014), tem a finalidade de incentivar, mediar e facilitar no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades específicas. O núcleo é formado por uma equipe multidisciplinar que atua para que o aluno seja incentivado a superar-se e alcançar suas metas.

Desde então, tem crescido o número desses núcleos nos variados campus dessa instituição, e diante das finalidades que lhes foram atribuídas, acredita-se que é por meio destes que se poderá transformar e preparar a comunidade escolar dessa instituição para promover uma Educação Inclusiva, levando em consideração o entendimento dessa instituição acerca dessa temática:

O IFAL busca a promoção da autonomia e da independência de pessoas com necessidades específicas, por meio de ações inclusivas, passando a responsabilizar-se pelas mudanças que permitam o acesso pleno de todas as pessoas a todos os bens e serviços da Instituição. Seu compromisso é ser acessível à comunidade desde o processo seletivo até a conclusão do curso. Além disso, devem ser respeitadas as normas de acessibilidade na arquitetura, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações, na informação, nos recursos didáticos e pedagógicos utilizados nos cursos da Instituição (ALAGOAS - PDI, 2014).

De maneira geral, após a aplicação do estudo em questão foi possível perceber que, mesmo de maneira intuitiva, considerando o senso de justiça, os participantes da pesquisa concebem aspectos fundamentais para o desenvolvimento da inclusão escolar, como o necessidade de promover: o respeito à diversidade; educação com as mesmas oportunidades; a importância da acessibilidade arquitetônica; a necessidade da pessoa com deficiência na escola regular; e a grande importância da comunidade escolar para que a inclusão venha a acontecer de maneira exitosa. Pode-se dizer, que a maior parte dos participantes se aproximam da compreensão da concepção de Educação Inclusiva direcionada pela política nacional e conseqüentemente, institucional.

Em relação à compreensão da promoção de uma Educação Inclusiva pela escola, somente 20% acreditam que a escola promove. Em relação aos alunos, 50% acreditam que a escola promove uma educação inclusiva. Uma parte desses alunos atribuem essa opinião à escola possuir acessibilidade arquitetônica. No entanto, essa afirmativa diverge dos dados de análise da acessibilidade do campus, nesse estudo. Tendo em vista que ainda são poucas as pessoas com deficiência na instituição, sobretudo aquelas mais visíveis, como deficiência física e deficiência visual, se tornam menos perceptíveis as problemáticas existentes, sobretudo quando referentes às barreiras atitudinais.

Todavia, os estudos relacionados à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar tem apontado que a presença do aluno com deficiência trouxe benefícios para a comunidade acadêmica (BARBOSA; FUMES, 2010; CORRÊA, 2014).

É importante ressaltar que tendenciosamente o número de pessoas com tais características irá aumentar, tendo em vista a implementação da Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, a qual dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016). E que diante disso, haverá a necessidade de maiores investimentos no processo de implementação de tais políticas, bem como de fortalecimento dos NAPNEs.

No campus estudado, o NAPNE vem se desenvolvendo desde 2016, e tem se organizado em três tópicos funcionais, são elas: I) Formação; II) Atendimento/Acompanhamento e III) Pesquisa. Acredita-se que por meio da equipe multidisciplinar do NAPNE, levando em consideração a formatação supracitada, pode-se conseguir a participação mútua da comunidade e tornar exitoso o processo de inclusão escolar no IFAL.

Pôde-se notar também que a maior parte dos participantes não tinha o conhecimento da existência de pessoas com deficiência na escola. E que essa é uma temática que ainda necessita ser mais discutida na escola, uma vez que a maioria dos participantes não receberam informações sobre a temática. Tornando-se necessária a implementações de ações em conjunto, sobretudo referente aos processos informativos e formativos.

No que se refere à acessibilidade arquitetônica na escola, levou em consideração o Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o qual define acessibilidade como

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p.45-46).

Os resultados demonstraram que ainda que uma parte dos itens dos check-list e do formulário para avaliação das condições de acessibilidade estejam contemplados, as maiores dificuldades encontradas para as pessoas com deficiências encontram-se principalmente na área externa ao campus, que impossibilita ou dificulta a chegada do aluno (a). Bem como, em relação à circulação vertical e acesso às salas de aula nos andares superiores, uma vez que as inclinações das rampas são ainda inadequadas e impossibilita o acesso de maneira independente. Compreendendo que as Instituições de Ensino Superior devem buscar criar condições acessíveis para garantir o ingresso e permanência de todos os alunos, inclusive os que possuem alguma deficiência (CORRÊA, 2014). Vê-se a necessidade de adequações dos itens pendentes para aprimoramento das condições de acessibilidade da instituição e consequentemente a construção de um ambiente promotor de autonomia e independência para todos os seus frequentadores.

5 Conclusão

Portanto, pode-se concluir que a comunidade dessa escola, em sua maioria, possui a compreensão da importância de se oportunizar a inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, e que para isso venha acontecer será imprescindível que a escola esteja preparada, desde os aspectos arquitetônicos, até as barreiras atitudinais, para receber de maneira adequada esse público. Além disso, fica clara a necessidade de fomentar a formação dos servidores, discussões, ações, cursos, oficinas, palestras e eventos acerca dos paradigmas da inclusão escolar e social. Referente às questões de acessibilidade, torna-se ainda importante a adequação da escola para reduzir as barreiras para toda comunidade.

Para tanto, torna-se essencial fortalecer as ações em colaboração, os vínculos entre coordenações, assistência estudantil e das ações interdisciplinares em conjunto com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, e os demais atores da comunidade. Assim, compreendendo que a inclusão só ocorre com a participação efetiva da comunidade/sociedade, acredita-se piamente que, em conjunto, o processo de inclusão escolar tornar-se-á natural nessa instituição.

Referências

- ALAGOAS. *Resolução N°45/CS*, de 22 de dezembro de 2014. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE / Instituto Federal de Alagoas – IFAL. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/conselhosuperior/resolucoes/2014/Res%20No%2045-CS-2014-Aprova%20a%20Regulamentacao%20do%20NAPNE-IFAL.pdf/view>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- ALAGOAS *Plano de desenvolvimento institucional – PDI / IFAL (2014/2018)*. Maceió: Comissão Central de Elaboração do PDI / IFAL, 2014.

BARBOSA, M.O.; FUMES, N.L.F. A Acessibilidade e os apoios pedagógicos disponíveis para os alunos com deficiência na pós-graduação a partir do ponto de vista dos professores e coordenadores. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, 4, 2010, Natal. *Anais: Inclusão Escolar e Social: novos aportes, novos contextos*. Natal: EDUFRN, 2010a. 1 CD.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEYER, H. O. *Educação inclusiva ou integração escolar?* Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEE, 2008

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CORRÊA, P. M. *Acessibilidade no ensino superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos*. 2014. 281f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

FERREIRA, M.E.C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, p.543-560, 2007.

GLAT, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MAHL, E. *Práticas pedagógicas dos professores de educação física frente a inclusão de alunos com deficiência*. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MANZINI, E.J. et al. Formulário para avaliação das condições de acessibilidade nas instituições de ensino superior – IES. Brasília, DF: Comitê de Ajudas Técnicas, 2008.

MICHELS, M.H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.11 n.33, p. 406-423, 2006.

SAMPIERE, R.E.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. *Metodologia de pesquisa*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, S.C. da; ARANHA, M. S. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de Educação Inclusiva. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.11, n.3, p.373 -394, 2005.

SILVEIRA, F.F.; NEVES, M.M. B. da J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v.22, n.1, p.79-88, 2006.

SOUZA, C. da C. *Concepção do professor sobre o aluno com sequela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regular*. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TESSARO, N.S. et al. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.9, n.1 , p.105-115, 2005.

Notas sobre os autores

Mayane Duarte Ferreira

Estudante do curso de Edificações no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL. mayanedestudos@gmail.com

Maria Fernanda Alves dos Santos

Estudante do curso de Edificações no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL. mfernandaalves001@gmail.com

Márcia Rafaella Graciliano do Santos Viana

Mestrado em Educação Brasileira, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, Campus Murici. rafaellagraciliano@hotmail.com

Flávio Anderson Pedrosa de Melo

Mestrado em Educação Especial, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) / Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, Campus Palmeira dos Índios. flavioedf06@yahoo.com.br

Recebido em: 09/02/2018

Reformulado em: 11/02/2018

Aprovado em: 11/02/2018